


Campos do Jordão: suas imagens e histórias ¹

André Bairros Peres


Instituto Federal de São Paulo (IFSP), Piracicaba, São Paulo

 <https://orcid.org/0000-0003-0389-8779>

E-mail: andreperes@ifsp.edu.br

Ludmilla de Lima Cavallari Peres

Doutora em Produção Vegetal – Universidade Estadual Paulista (UNESP),
Jaboticabal, São Paulo

 <https://orcid.org/0000-0003-4956-3886>

E-mail: milla.cavallari@hotmail.com

Resumo: O resgate de imagens e memórias que compõem a história de Campos do Jordão, por meio dos jordanenses, coloca sua população como protagonista da história da cidade. Esta memória contribui para compreensão cultural e do desenvolvimento histórico regional. As fotografias ajudam a reavivar a memória visual da cidade, uma vez que as imagens fotográficas trazem lembranças com requinte de detalhes à mente daqueles que vivenciaram os momentos por elas imortalizados. Desta forma as imagens colaboram para que as histórias possam ser descritas, socializadas e repassadas para futuras gerações. Além de fonte de informação de grande utilidade na construção e reconstrução de fatos históricos, possibilita sucessivas releituras do transcurso do tempo na vida dos indivíduos e das sociedades. A fundamentação teórica e metodológica deste trabalho foi estruturada nos conceitos da memória coletiva, histórica e cultural, objetivando a reconstrução do passado de Campos do Jordão.

238

Palavras-chave: Fotografia; Jordanense; Memórias; Rememoração; Visual.

Campos do Jordão: its images and stories

Abstract: The rescue of images and memories that make up the history of Campos de Jordão, through the Jordanians, places its population as protagonists in the city's history. This memory contributes to cultural understanding and regional historical development. The photographs help to revive the visual memory of the city, as the photographic images bring memories with exquisite detail to the minds of those who experienced the moments immortalized by them. In this way, the images contribute to the description, socialization and transfer of stories to future generations. Besides being a very useful source of information in the construction and reconstruction of historical facts, it enables successive reinterpretations of passing time in the lives of individuals and societies. It structured the theoretical and methodological foundation of this work on the concepts of collective, historical and cultural memory, aiming to reconstruct Campos do Jordão's past.

Keywords: Photography; Jordanian; Memories; Recollection; Visual.

Texto recebido em: 26/08/2021

Texto aprovado em: 23/11/2021

Introdução

A memória constituída pela reconstrução de fragmentos de tempos remotos, tem o poder de manter o passado ainda vivo e de resgatar nas lembranças fatos marcantes de um tempo que não volta mais. Esta memória é essencial para a reconstrução do passado e forma o alicerce para a compreensão da identidade e da história. Le Goff (1990, p. 434) mostra essa ligação de memória e história quando relata que nas antigas civilizações, os soberanos mandavam “gravar na pedra anais (ou pelo menos extratos deles) onde estão sobretudo narrados os seus feitos – e que nos levam à fronteira onde a memória se torna história”. Assim percebemos então que há muito tempo a memória e a história estão fortemente ligadas.

Nos estudos de Halbwachs (2017), a memória individual remete a um grupo, ou seja, o indivíduo possui suas lembranças, suas experiências de vida, e está sempre interagindo com outras pessoas, dessa forma, a memória individual se une com a memória dos diferentes grupos com os quais o indivíduo se relaciona. Assim a memória coletiva que surge a partir de então, e é compartilhada por esses mesmos indivíduos, tem a função de criar um elo entre esses grupos, pois eles compartilham essas memórias.

Por meio da fotografia, os indivíduos registram momentos, lembranças, e com isso, perpetuam suas histórias e memórias, que podem se propagar de geração a geração, tendo o poder de imortalizar uma época e de mostrar para a posteridade fatos importantes que antigamente foram registrados, portanto, o registro fotográfico se torna uma prova material, cultural e histórica da existência humana.

Segundo Souza (2020, p. 5), a fotografia que teve a oficialização de sua invenção em 1839, mudou a forma de visão do indivíduo contemporâneo diante da representação das coisas, lugares e da sua própria existência. A fotografia “revolucionou a memória: multiplica-a e democratiza-a, dá-lhe uma precisão e uma verdade visuais nunca antes atingidas, permitindo assim guardar a memória do tempo e da evolução cronológica” (LE GOFF, 1990, p. 466). O contínuo registro fotográfico propicia um *lôcus* espaçotemporal no qual estão presentes momentos significativos ao seu executor, que geram novas memórias e agregam a história pessoal à do ambiente no qual estão inseridos.

A fotografia também pode ser interpretada como:

parafraseando Jacques Le Goff, há que se considerar a fotografia, simultaneamente como imagem / documento e como imagem / monumento. No primeiro caso, considera-se a fotografia como índice, como marca de uma materialidade passada, na qual objetos, pessoas, lugares nos informam sobre determinados aspectos desse passado - condições de vida, moda, infraestrutura urbana ou rural, condições de trabalho etc. No segundo caso, a fotografia é um símbolo, aquilo que, no passado, a sociedade estabeleceu como a única imagem a ser perenizada para o futuro. Sem esquecer jamais que todo documento é monumento, se a fotografia informa, ela também conforma uma determinada visão de mundo (MAUAD, 1996, p. 8).

Conforme Kossoy (2012, p. 52), “toda fotografia é um testemunho segundo um filtro cultural, ao mesmo tempo que é uma criação a partir de um visível fotográfico (...) representa o testemunho de uma criação” e “representará sempre a criação de um testemunho”. As imagens fotográficas se transformaram em uma das principais ferramentas da memória, tanto a individual como a coletiva compreendida como “o que fica do passado vivido pelos grupos, ou o que os grupos fizeram do passado” (NORA, 1978. *Apud.* LE GOFF, 1990, p. 472). Esta ligação entre imagem e memória é bem clara nas palavras de Kossoy (2012, p.168): “fotografia é memória e com ela se confunde”.

Contudo a importância de resgatar a história sobrepuja o sentimento de nostalgia. “A imagem sempre foi um dos principais meios de comunicação na história da humanidade”. Atualmente em evidência nas redes sociais, está associada a difusão da comunicação global (RODRIGUES, 2007, p. 67). Uma boa imagem permite a comparação de fatos, contribui com a história e possibilita a narrativa. “O resultado disso é uma fabulação em que a imagem se torna sujeito de uma aventura podendo revelar situações extraordinárias” (MAUAD; MONTEIRO, 2018, p. 4).

Improvável se torna a passividade diante de uma fotografia, pois ela incita a imaginação, o pensamento sobre o passado, a partir do dado de materialidade que persiste na imagem. Toda imagem é histórica e sua forma de apresentação, impressa ou digital, possui um menor peso quando o objetivo é o resgate de emoções, das histórias vividas (CUNHA, 2020, p. 26).

As memórias de uma cidade, presentes no seu contexto histórico, são muitas vezes representadas em registros fotográficos, filmes, livros, eventos culturais, e proporcionam ao seu espectador um resgate de momentos de sua vida. “É lícito afirmar que a fotografia é mantenedora da memória viva e própria, visto que por meio dela é possível reaver a condição de existência e perpetuar histórias,

lembranças de momentos vividos” (CUNHA, 2020, p. 26). Por meio de fotografias o indivíduo pode, em sua mente, voltar àquele momento específico, sentir as emoções daquele momento e recordar fatos marcantes, históricos ou culturais que permeavam aquele instante que se optou por registrar. A partir de novas tomadas fotográficas novas memórias serão criadas, novas imagens que registrarão momentos com novos significados. Contribuições como estas tornam cada cidade “única, em sua forma, em seu espaço e em seus habitantes, podendo conter várias cidades nela mesma” (PRATA, 2020, p. 445), marcadas por momentos que agregam suas histórias à de seus cidadãos.

Moradores mais idosos de um município, podem fazer grandes comparações da atualidade com o passado, a respeito da cidade em que passaram toda ou maior parte de suas vidas, e contribuir para as reflexões, análises, discussões sobre as questões sociais, econômicas, ambientais, políticas, culturais, turísticas. As fotografias ajudam as pessoas a reavivar a memória de tempos passados e trazer informações associadas a estas imagens:

é a faceta de alteridade, de existência para além do humano que a concebeu, a que lhe transfere tanto poder no momento de reconciliação com o passado evocado nas imagens. Não fosse, por um lado, a precisão na captura de um ‘acidente’ físico, e por outro, a abertura sugerida pelos sinais registrados, a fotografia como objeto-memória, como imagem-memória, dificilmente acessaria histórias tão diversas quanto importantes no localizar histórico de um indivíduo ou família (CARDOSO, 2021, p. 22).

Mediante desenvolvimento de um projeto de mapeamento dos registros visuais da cidade de Campos do Jordão – SP, para fins de resgate histórico e cultural da memória da região, realizado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, Câmpus de Campos do Jordão, com o auxílio de moradores na região foi possível compreender parte da identidade do município através da rememoração do passado. A fundamentação teórica deste trabalho está estruturada nos conceitos da memória coletiva, histórica e cultural, e sua importância na reconstrução de um passado, seja ele individual, coletivo ou de uma localidade. A narrativa de fatos ocorridos na época da tomada fotográfica pelo proprietário da imagem ou por alguma pessoa ao ver uma imagem do passado, traz informações importantes da história do município sob a ótica de sua comunidade. Reescrever a história local pela perspectiva de seus moradores torna cada cidadão um agente transformador da história de sua comunidade a qual está associada à sua própria história de vida.

Na região da Serra da Mantiqueira, na qual se encontra o município, já houve várias pesquisas historiográficas. Estas contribuíram e contextualizaram para maior entendimento da origem de cidades como Campos de Jordão e a sua importância para a região. O processo de colonização do município se acelerou a partir de 1870. A cidade situada em uma altitude entre 1600 e 2000 metros, com regiões montanhosas e de clima frio, teve seu crescimento populacional associado ao efeito benéfico para o tratamento da tuberculose pulmonar, conforme recomendações médicas e estrutura hospitalar da época (PRINCE, 2010, p. 311). Com a descoberta de novos tratamentos para tuberculose a cidade deixou de ser procurada com esta finalidade, e com um pouco de direcionamento, passou a ser um ponto turístico devido a sua semelhança (climática e arquitetônica) com cidades de países europeus.

Três dos principais bairros da cidade tiveram origem conforme as necessidades dinâmicas da população que habitava a região na época de seu desenvolvimento e, também, as geradas pela expansão turística de Campos do Jordão. Conforme Pivott (2006, p. 182), a atualmente turística Vila do Capivari, apresentava “o menor índice de ocupação na década de 1980” e sediava a maior parte dos loteamentos e atrativos turísticos. Na Vila Abernêssia, assim como hoje, estavam instalados a maioria dos edifícios administrativos, comércios e demais prestadores de serviços. E na Vila Jaguaribe, localizada entre a Vila do Capivari e a Abernêssia, encontrava-se tanto o que atendia à população residente como aos turistas.

A memória resgatada por fotografias

O levantamento histórico-fotográfico foi possível mediante a obtenção de fotografias e depoimentos fornecidos por cidadãos, historiadores, museus e imprensa da cidade de Campos de Jordão. Houve uma ação muito bem integrada com os moradores da cidade, que colaboraram com seus arquivos pessoais de fotos e depoimentos sobre elas. Assim possibilitaram que um historicamente valioso acervo fotográfico fosse constituído e que este possa ser objeto de estudo por profissionais, emanar todo seu potencial para construção de memória visual e contribuir com a historiografia de Campos de Jordão. Para Bertonha (2007, p. 119) existe uma grandiosidade em conservar documentos “dificilmente encontrável em outros arquivos que permitem uma reconstrução dos fatos a partir do ponto de

vista de protagonistas que os viveram efetivamente”. Parte destes protagonistas e suas contribuições serão apresentados a seguir.

Uma das grandes contribuições para levantamento do acervo fotográfico da região de Campos do Jordão foi proporcionada pelo Sr. Edmundo Ferreira da Rocha. Nascido na cidade, advogado e historiador, atuou no mercado de trabalho do município desde 1964, incluindo atividades públicas municipais, sendo testemunha de muitas das transformações ocorridas na cidade. Uma das fotos mais antigas do município está em seu acervo pessoal, e traz como imagem a origem da Vila Abernêssia na década de 1910 (Figura 1).



Fonte: Acervo do Sr. Edmundo Ferreira da Rocha, 2016.

FIGURA 1

Vila Abernêssia – década de 1910

Conforme o Sr. Edmundo esta foto apresenta o local onde atualmente estão situados a maior parte dos prédios comerciais da cidade, como: Mercado Piratininga, Caixa Econômica Federal, Correios e Banco do Brasil. Ele observa que nesta foto está presente a antiga Avenida de Ligação, atualmente denominada Av. Dr. Januário Miráglia, sem qualquer tipo de calçamento. Esta foto é anterior a instalação dos trilhos da estrada de ferro, cuja inauguração ocorreu somente em 1914. As construções presentes na imagem eram de madeira, zinco, pau-a-pique ou taipa, não havia casas de alvenaria. A primeira casa de alvenaria na Vila Abernêssia foi construída somente após a inauguração da Estrada de Ferro Campos do Jordão,

entre os anos de 1914 e 1915, por Joaquim Ferreira da Rocha que aqui chegou junto com a construção da ferrovia (ROCHA, 2016a).

Outra importante contribuição foi proporcionada pelo senhor Mário Antônio González, nascido e criado em Campos do Jordão, residiu em sua infância na Vila Ferraz. Na década de 40 seu pai foi para Campos do Jordão em busca de tratamento para tuberculose e ele levou a família. Sua família se estabeleceu no município e fez parte de seu desenvolvimento. Como comerciante de loja de materiais de construção o Sr. Mário acompanhou o crescimento da cidade por meio da construção civil. Em seu acervo fotográfico consta a imagem de um dos primeiros postos de combustíveis construído por seu pai na década de 50, que permanece no bairro Fracalanza. Na foto (Figura 2) está o Sr. Mário com seu irmão mais novo.



Fonte: Acervo do Sr. Mário Antônio Gonzalez, 2016.

FIGURA 2

Posto de combustíveis – década de 1950

Depoimentos sobre Campos do Jordão

Por meio da realização de entrevistas, com alguns moradores de Campos do Jordão, fatos marcantes da história da cidade foram narrados tendo como referencial as imagens fotográficas da época, de sua propriedade ou não. As

narrações dos fatos evidenciam o quanto percepções pessoais sobre a própria vida estão atreladas a estes fatos históricos do município e colocam o seu narrador de volta aquele lugar e tempo específico, recordando os acontecimentos sob sua ótica. Estas entrevistas, gravadas em vídeo e disponibilizadas em página do projeto, são sobre quatro fatos importantes ao desenvolvimento de Campos do Jordão: A construção do Palácio Boa Vista, o Museu Casa da Xilogravura, a construção da Estrada de Ferro e a tragédia da Vila Albertina.

O Palácio Boa Vista

A contribuição sobre a história da construção do Palácio da Boa Vista em Campos do Jordão foi dada pelo senhor Edmundo Ferreira da Rocha. Nascido e criado na cidade, ele faz um trabalho de divulgação da história de Campos do Jordão por meio de exposição fotográfica em um site, no qual ele faz relatos sobre as fotografias. Por meio de uma entrevista ele fez um resgate histórico sobre o Palácio Boa Vista.

Hoje eu vou conversar um pouquinho a respeito do palácio do governo, o Palácio Boa Vista em Campos do Jordão. Na realidade tudo começou no ano de 1938 quando era prefeito de Campos do Jordão o Dr. José Arthur da Motta Bicudo, numa das visitas que o Dr. Adhemar de Barros fez a Campos do Jordão, enquanto ele era um interventor do Estado de São Paulo. Interventor na realidade seria uma pessoa nomeada pelo presidente da república para praticamente governar o Estado de São Paulo enquanto existia uma situação que estava aguardando uma eleição para eleger um governador do estado de São Paulo. Então o Dr. José Arthur da Motta Bicudo que era muito amigo Dr. Adhemar de Barros o levou no Alto da Boa Vista para conhecer aquela paisagem que era maravilhosa, e é até hoje, e o Dr. Adhemar de Barros ficou encantado com aquela paisagem. Então ele resolveu de alguma maneira adquirir aquelas terras lá, e deu início a um projeto para a construção de um palácio do governo onde a intenção era a tornar a residência de inverno do governador do estado de São Paulo (ROCHA, 2016b).

Segundo Rocha (2016b) o Dr. Adhemar de Barros contratou os serviços do engenheiro e arquiteto Sr. Jorge Przrembel, que residia em Campos do Jordão no bairro Umuarama, para fazer o projeto de construção do Palácio Boa Vista (Figura 3). O início da construção foi no dia 21 de julho de 1938 e os engenheiros responsáveis foram José Luiz de Mello Matos e Clóvis Eretangy. Eles contrataram Floriano Rodrigues Pinheiro, um dos construtores de Campos do Jordão, que havia construído vários prédios importantes na cidade. Ele foi um dos trabalhadores da

estrada de ferro de Campos do Jordão durante 1912-1914. Na construção do palácio, iniciada em 1938, o Sr. Floriano ergueu as paredes e cobertura. Entre 1940 e 1952, a obra foi suspensa, época na qual o governo do estado estava nas mãos do senhor Lucas Nogueira Garcez.



Fonte: Acervo do Sr. Edmundo Ferreira da Rocha, 2016.

FIGURA 3

Palácio Boa Vista – década de 1940

246

Lucas Nogueira Garcez resolveu dar continuidade à construção do palácio. Desta forma, Floriano Rodrigues Pinheiro praticamente finalizou a parte de alvenaria, construiu o salão nobre, banheiros, instalou o sistema de aquecimento nos pisos e instalou os tacos de madeira, mas a construção parou novamente. Até a inauguração em 21 de julho de 1964, se passaram 26 anos para a sua construção (ROCHA, 2016b). Em seguida o entrevistado revela um fato curioso sobre a data de inauguração do palácio e sobre seu uso antes de sua inauguração:

Agora uma coisa que eu acho interessante é com relação à data de inauguração do palácio 21 de julho 1964. Ainda existe escrito na história, principalmente no livro da história de Campos do Jordão de Pedro Paulo Filho, que eles escolheram o dia 21 de julho em homenagem à dona Leonor Mendes de Barros, mulher do Dr. Adhemar de Barros, quem deu início a construção do palácio e quem o inaugurou em 1964. Porque (...) na mesma data 21 de julho era aniversário de dona Leonor. Não sei se foi feito de propósito ou se isso foi uma mera coincidência. O palácio ficou 26 anos fechado, nesse período a única vez que o palácio realmente foi aberto foi em 1954 quando era governador do estado Lucas Nogueira Garcez (...) ele cedeu as dependências do palácio, ainda em construção, para a

realização da 2ª Festa Nacional da Maçã que foi realizada nos dias 5, 6 e 7 de março de 1964 (ROCHA, 2016b).



Fonte: Acervo do Sr. Edmundo Ferreira da Rocha, 2016.

FIGURA 4

Festa da Maçã de 1954 – Coroação da rainha por Adhemar de Barros. Ao seu lado direito o Sr. Shizuto Murayama

247

O Sr. Edmundo recorda de acontecimentos ocorridos na Festa da Maçã, proveniente de desavenças de cunho político entre os participantes:

Houve uma situação bastante interessante porque o Dr. Adhemar de Barros era amigo do Sr. Lucas Nogueira Garcez, e o Dr. Adhemar de Barros tinha um braço direito o Sr. Erlino Salzano. Mas na eleição que o Sr. Lucas se elegeu governador do estado de São Paulo eles acabaram se desentendendo e o Sr. Erlino Salzano foi vice-governador do estado na chapa do Sr. Lucas Nogueira Garcez. A Festa da Maçã foi realizada no palácio Boa Vista, mas os dois já não se entendiam mais (...). Então existe até na história, que na hora que o Dr. Adhemar de Barros entrou no Palácio Boa Vista para ver e presenciar a Festa da Maçã, o Dr. Lucas Nogueira Garcez quando soube saiu pela porta dos fundos para não se encontrar com o Dr. Adhemar de Barros. Interessante essa história é que naquela época, o Sr. Lucas Nogueira Garcez quando veio para Campos do Jordão, com essa briga com Adhemar de Barros, veio acompanhado da polícia marítima, já prevendo que aconteceria alguma coisa desagradável e que ele iria precisar de um reforço (...), mas graças a Deus não aconteceu nada. Também nessa ocasião aconteceu outro fato muito interessante (...) o idealizador da Festa da Maçã de Campos do Jordão foi o Sr. Shizuto Murayama que era o engenheiro agrônomo responsável pela casa da agricultura de Campos do Jordão

(...) ele montou a Festa da Maçã no Palácio Boa Vista e no dia da coroação da rainha da Festa da Maçã de 1954, que por coincidência, foi Ivani Salzano, filha de Erlino Salzano, que era o vice-governador do estado, mas não se relacionava mais com Adhemar de Barros, (...) então perguntaram para Ivani Salzano quem ela gostaria que colocasse a coroa em sua na cabeça, e ela em sua ingenuidade, disse que gostaria que quem colocasse a coroa na cabeça dela fosse o Dr. Adhemar de Barros (Figura 4). Bom, todos os que estavam ali do partido do Sr. Lucas Nogueira Garcez, inclusive o prefeito de Campos do Jordão, viraram as costas e foram embora. Dois dias depois o Sr. Murayama, que era o engenheiro chefe da casa da lavoura de Campos do Jordão, foi transferido para uma cidadezinha do interior, porque eles acharam que isso havia sido programado, mas foi apenas uma simples ingenuidade da moça, que não estava ligada à briga do pai dela, do governador e do ex-governador Adhemar de Barros (ROCHA, 2016b).

O conhecimento que o Sr. Edmundo tem do palácio está atrelado à sua família. Segundo ele, teria ido muitas vezes ao Palácio Boa Vista, uma vez que seu pai o Sr. Valdemar Ferreira da Rocha, seus tios João Ferreira da Rocha e Luís Ferreira da Rocha eram carpinteiros e marceneiros, funcionários de Floriano Pinheiro. Eles realizaram todo o madeiramento à vista do salão nobre, trabalho que perdura até os dias atuais. Conforme o Sr. Edmundo, seu pai era muito conhecido do Sr. Benedito, guarda do palácio no período de 1940 até 1966, e esporadicamente seu pai junto com a família visitavam o Sr. Benedito que permitia o acesso as dependências do palácio:

Eu fui muitas vezes lá e peguei aquele palácio em construção ainda e o seu Benedito ficava muito preocupado porque uma grande parte daqueles tacos, de praticamente quase um metro por um metro, estavam lá aguardando, e muitas pessoas conseguiam entrar lá e roubar para fazer mesinhas... e realmente levaram uma boa quantidade, mas ainda deu para terminar o salão nobre e principalmente os corredores com esses tacos de madeira (...) o palácio praticamente não tinha energia elétrica não tinha sistema de água ligado, ainda e ficava fechado o tempo todo só com o seu Benedito que era o guarda do palácio. Depois de 1964 quando o palácio foi inaugurado, na inauguração do palácio veio o presidente da república que era Humberto de Alencar Castelo Branco no dia 21 de julho de 1964, a partir daí as pessoas começaram a visitar um pouco mais o palácio, mas na realidade ele só passou a ser frequentado com visitantes a partir de 1967 quando o governador Abreu Sodré resolveu mudar aquilo lá e colocou no acervo do palácio móveis nacionais históricos, então ele começou a abrir o Palácio Boa Vista (ROCHA, 2016b).

Segundo o entrevistado, por volta de 12 de abril de 1970, o Palácio Boa Vista foi declarado monumento público do estado de São Paulo pelo governador Abreu Sodré. Nessa época, o governador resolveu chamar o Sr. Luís Arrobas Martins,

secretário da fazenda do estado de São Paulo, para administrar o acervo do palácio. A partir de então iniciou-se a utilização do espaço para os festivais de música. Em 1970, houve os primeiros concertos de inverno de Campos do Jordão no Palácio Boa Vista que depois foram transformados no Festival de Inverno de Campos do Jordão. Realizado no pátio interno, sem cobertura, onde eram instaladas lareiras portáteis para o público assistir às apresentações. Eles permaneceram no Palácio Boa Vista até 1978, mas o festival foi transferido para o auditório Cláudio Santoro em 1979, ano da sua inauguração.

O Palácio Boa Vista atualmente presta um grande serviço como atrativo turístico para Campos do Jordão. Nas décadas de 60 e 70 o governador Abreu Sodré resolveu fechar por praticamente dois anos para fazer uma reforma interna e instalar o mobiliário que faz parte do seu acervo histórico (ROCHA, 2016b).

Museu Casa da Xilogravura

A história do Museu Casa da Xilogravura foi apresentada em entrevista, pelo senhor Antônio Fernando Costella, fundador do museu. Bacharel em direito, atuou também como professor de história. É escritor, jornalista, pintor e gravador brasileiro. Exerceu funções públicas nas Secretarias de Educação e Cultura das cidades de São Paulo e Campos do Jordão e no Ministério da Educação no Estado de São Paulo. Foi um dos fundadores da Academia de Letras de Campos do Jordão.

De acordo com Costella (2016), Campos do Jordão nasceu em Jaguaribe, no local em que está o museu da Casa da Xilogravura. Nasceu no século XIX inicialmente por ação de Matheus da Costa Pinto, o português de Pindamonhangaba, que formou uma povoação, posteriormente denominada por Jaguaribe. O nome foi atribuído devido a um médico, escritor e historiador nordestino, radicado em São Paulo, que se afeiçoou a Serra da Mantiqueira e comprou as terras do Sr. Matheus. No local foi construída a primeira capela, a escola e o primeiro hotel de Campos do Jordão. O hotel se chamava Hotel Mello, pois seu proprietário se chamava Graça Mello, e em seu terreno está hoje a casa da Xilogravura (Figura 5).



Fonte: Acervo do Sr. Edmundo Ferreira da Rocha, 2016.

FIGURA 5

Vila Jaguaribe – Década de 30. Na imagem está a casa que pertenceu às irmãs Beneditinas e hoje é o Museu Casa da Xilogravura

Era um prédio de madeira de dois andares assobradado que foi desativado quando adquirido em 1926 pelo empresário paulista, o Sr. Afonso de Oliveira Santos, que veio para Campos do Jordão tratar a tuberculose. O Sr. Afonso, construiu no local uma casa para ele e outras na rua, que viria a ter o nome de sua filha, Célia. Quando ele comprou o terreno, existia remanescente do hotel, mas muito arruinado, sem viabilidade de uso, então o derrubou e fez o prédio que parte existe hoje como museu. O Sr. Antônio relata como iniciou o museu:

O museu começou aqui mais ou menos por acaso, eu comprei essa casa aqui em 1977-1978 para morar, eu era professor em São Paulo, na USP e na Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero, e tinha sido até então advogado e deixei de advogar. Como sempre fui apaixonado por Campos do Jordão desde menino, então resolvi morar aqui e precisava de um prédio grande para abrigar minha biblioteca, e esse aqui atendeu este requisito. Este prédio pertenceu as irmãs Beneditinas, foi o Mosteiro São João, foi delas que eu comprei. Passados anos, eu que quando era menino tinha estudado artes plásticas, resolvi fazer um curso de xilogravura, porque eu gostava muito de xilogravura, mas gostava de ver, nunca havia feito, então resolvi fazer um curso de xilogravura, fiz no Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo. Naquele tempo eu ainda advogava ia ao Liceu fazer aula de paletó, gravata, colete. Aí eu fiz o curso de xilogravura e me afeiçoei mais ainda pela arte e passei a frequentar exposições de gravuras de São Paulo. Comprei algumas obras de alguns autores, que estão em minha sala de estar, mas achei que seria melhor outras pessoas poderem ver também, então surgiu a ideia do museu. Eu

peguei a garagem que era para dois carros, peguei mais dois quartos que eram de despejo e outras ocupações, abri uma porta pela lateral, abri um portão para quem entra pela praça do que faz esquina na lateral e as pessoas podiam visitar esse pequeno museu que tinha uns 15 ou 20 autores só, e abria só sábado depois do almoço e domingo de manhã, portanto ficava aberto três horas por dia. Havia uma funcionária e ela também trabalhava como bibliotecária da prefeitura. Mas depois o museu foi crescendo, abriu as portas em 1987, e ao longo desse tempo ele foi crescendo, seu prédio foi crescendo (...) o museu nunca fica pronto pois sempre há coisas novas que a gente quer fazer (COSTELLA, 2016).

Conforme o Sr. Antônio o museu está sempre em expansão. Ele cita na época em que concedeu a entrevista, que foi buscar obras que estavam em um museu no Peru, levadas pela embaixada peruana. Ele foi convidado para fazer uma palestra no encerramento da exposição e trazer as gravuras de volta ao Brasil. No caminho, ele relata, que trouxe gravuras de três peruanos e ao passar pelo Chile pegou obras de três chilenos. Com isso justifica a expansão contínua do museu. Em relação a construção inicial do prédio onde está atualmente o museu e a expansão do número de obras, ele faz a seguinte colocação:

Apenas por curiosidade, o Sr. Afonso de Oliveira Santos construiu a casa contratando como empreiteiro Floriano Pinheiro que deu nome à estrada de rodagem que chega hoje a Campos do Jordão. O museu está muito ligado a história de Campos do Jordão em especial no nascedouro dela (...) acho que isso trouxe bom resultado para o museu porque ele cresceu de três salas para trinta, que são abertas ao público, e haviam 15 autores, mas hoje se tem cerca de mil autores na coleção entre brasileiros e estrangeiros. Nós temos uma característica em relação aos artistas brasileiros que é única nos museus brasileiros, qualquer visita que a pessoa faça ela vai ter oportunidade de ver a história da xilogravura brasileira quase completa. Isso porque nós temos artistas de todas as fases da evolução da xilogravura no Brasil, o que não se encontra em outro lugar. Há museus que tem belas coleções de gravuras, por exemplo, a pinacoteca do estado é uma belíssima coleção, mas há duas diferenças entre esses museus como a pinacoteca e o nosso, na pinacoteca o foco não é especificamente xilogravura, então há um leque de gravuras de diferentes estúdios, o que acaba acarretando uma descontinuidade. De repente eles têm tudo o que o Marcelo Grassmann fez, ele ganhou um prêmio do estado e o governo comprou todas as gravuras que ele havia feito. Mas em compensação ou desafortunadamente, pelo contrário pode não ter de 10, 15 ou 20 de outros autores. O nosso objetivo é concentrar tudo que se pode sobre xilogravura brasileira (COSTELLA, 2016).

O entrevistado explica que não tem pretensão de adquirir as obras de outros países, uma vez que é inviável obter todas as obras chilenas, inglesas ou de qualquer outra nacionalidade. Mas enfatiza que no museu em Campos do Jordão, em uma única visita é possível conhecer toda história da xilogravura brasileira.

Essa é uma característica básica do museu que o diferencia do restante que existe. Conforme Costella (2016): “o museu cumpre a sua função através da visitação do público, é como se você tivesse um livro e ele precisa ser lido”.

A estrada de ferro

Sobre a estrada de ferro de Campos do Jordão, quem faz um regate histórico é o Sr. André Luiz Chaves, nascido na cidade e que atua como professor de história. Seu relato tem início a partir de informações de conhecimento geral sobre sua implantação, mas lembranças de memória individual se fazem presentes no transcorrer da entrevista:

Bom, estou aqui para falar um pouquinho do que eu sei sobre a estrada de ferro de Campos do Jordão, aliás hoje 15 de novembro é aniversário da inauguração dela. Ela foi inaugurada em 1914, (...) construída com o objetivo de facilitar o transporte de pessoas que tinham doenças pulmonares principalmente a tuberculose, que era conhecida como um grande mal do século. Porque antes da estrada de ferro as pessoas subiam a Mantiqueira em lombo de burro, nas liteiras, que eram macas amarradas em lombo de burro. Então a estrada de ferro foi construída. Se não estou enganado, foi idealizada pelos doutores Emílio Ribas e Victor Godinho e foi o empreiteiro Sebastião da Gama Sintra que ficou a cargo da construção (CHAVES, 2016a).

Chaves (2016a) afirma que existem muitos relatos sobre os trabalhos dos operários na construção da estrada de ferro. Ele relata que os operários trabalharam durante muito tempo em péssimas condições, mesmo sendo uma construção rápida, em seu ponto de vista, foi uma construção que exigiu muitos esforços dos trabalhadores. A dificuldade era passar pelos rios Piracuama e Paraíba do Sul, mas a obra foi executada em tempo recorde. Então com sua inauguração, a estrada de ferro facilitou muito o transporte dos doentes de tuberculose para Campos do Jordão. Sobre suas lembranças em relação ao uso da estrada de ferro ela faz as seguintes colocações:

Sobre lembranças eu acho que é importante frisar que na minha infância o principal transporte que a gente tinha era o bondinho. Quando a gente ia para Abernêssia a gente falava que a gente ia para a vila e a gente saía da Vila Albertina e ia para ‘vila’, como era conhecida a Vila Abernêssia (Figura 6), (...) a gente sempre se localizava através das paradas, ‘ah estou na parada Fracalanza’, ‘na parada Damas’, (...) ‘na parada da Viola’, então eram esses os pontos de referências que a gente tinha, a parada da Viola a gente sabia que hoje é onde é o Piratininga. Mas assim, a estrada de ferro nas minhas lembranças de infância e adolescência é bem presente,

primeiro porque a gente ia para Abernêssia ou Vila Capivari, Jaguaribe, sempre de bonde que era muito mais barato do que o ônibus... lembro também que a gente fazia passeios com minha avó e a gente ia até o São Cristóvão, que tinha um lago lá com vitórias régias, com pássaros, então era muito bonito a gente andar pela estrada, pelo trilho, (...) mas enfim a gente tinha lembrança do bondinho até São Cristóvão, ... e com tristeza a gente percebe que hoje o bonde não serve mais a comunidade como transporte e também não vai até o São Cristóvão. (...) o bonde é o 'Camarãozinho', amarelo, vermelhinho (...) ele não vai mais até a Estação do São Cristóvão é uma pena, eu acho que o turista iria gostar já que hoje serve ao turismo (CHAVES, 2016a).



Fonte: Acervo do Sr. Mário Antônio Gonzalez, 2016.

FIGURA 6

Estação da Vila Abernêssia – década de 1940

Para Chaves (2016a), o uso do bonde como transporte coletivo atendia muito bem a população jordanense, pois não ocorriam atrasos e o custo era inferior ao do ônibus municipal. O entrevistado relata que na implantação da estrada de ferro o bonde era movido a vapor, depois passou para um movido a gasolina e posteriormente, por volta de 10 anos após a inauguração em 1924, passou a ser elétrico, como é possível observar nos dias atuais. Chaves (2016a) comenta que usa como exemplo esta transição das fontes de energia em suas aulas de história: “acho legal falar aos alunos que o dínamo foi inventado no final do século XIX e demorou um tantinho na questão da eletricidade chegar aqui no Brasil, então a gente mostra

o porquê do atraso dessa tecnologia chegar no Brasil”. Sobre a proposta desta entrevista, ele ressalta:

Eu acho importante a gente valorizar como o jordanense aquilo que nós temos que é parte da nossa história, acho que é sempre importante a gente conhecer a história e quanto mais a gente conhece a nossa história, acho que é mais possível, mais cabível, muito mais fácil, desta história ser amada (CHAVES, 2016a).

A tragédia da Vila Albertina



Fonte: Acervo do Sr. Mário Antônio Gonzalez, 2016.

FIGURA 7

Vila Albertina – década de 1970

Na década de 1970 houve um grande deslizamento de terra em Campos do Jordão que ficou conhecido como a “tragédia da Vila Albertina”. Esta história foi lembrada pela Sra. Maria Elizabete Chaves, mãe do professor André Luiz Chaves que concedeu entrevista sobre a estrada de ferro. As fotos da tragédia foram mostradas a Sra. Maria, que relatou sobre os fatos ocorridos no dia a seu filho que os narrou em entrevista:

No dia da tragédia, dia 18 de agosto de 1972 ela estava na Vila Albertina, ela vivenciou aquilo (...) ela me contou assim, era cedo, ela estava tomando sol, a panela no fogo e ela ouviu os gritos dos vizinhos para cima, perto do ponto de ônibus. Quando ela olhou ela viu uma onda preta que vinha do sentido Santa Marta em direção à vila. Ela, nesse momento, de ação e reação, lembrou de pegar uma bíblia no guarda-roupa, de apagar o gás do feijão, de pegar o irmão do colo, o Gilberto, pegar o irmão que era menorzinho, o Cláudio, e

ter ido ao relógio de luz ter desligado a luz e sair correndo. Perto da casa dela tinha, como tem até hoje, uma pontezinha, ela correu na pontezinha, subiu a escada da Vila Cláudia foi à casa da nossa tia Judith. Quando ela chegou na casa do tio e da tia que ela olhou o que estava acontecendo. Ela falou que uma lama preta tinha tomado a Vila Albertina (Figura 7) e ela ficou achando que a casa ia ser soterrada. Ela esqueceu do cachorro que estava amarrado no portão, não lembrou de na correria, de soltar o cachorro. Chegou na casa da minha tia começou a chorar desesperada, ela viveu isso no dia (CHAVES, 2016b).

O professor André Luiz Chaves narra as pressuposições de sua mãe acerca da tragédia. Conforme ela, os eventos teriam ocorrido devido a construção de um aterro no bairro Santa Marta, que era tipo um orfanato, sobre uma mina. Com o fluxo de caminhões e tratores revolvendo material no local, houve a movimentação de porção de terra. Ela descreve o momento que visualizou o movimento de terra:

Ela fala que era como se fosse uma onda que vinha e derrubava tudo que estava no caminho (...) a gente fala 'rodou barro', uma expressão usada pela minha mãe, 'quando rodou o barro', o barro chegou na porta da cozinha da casa dela, a casa dela era na parte superior, mais ou menos uns quatro a cinco metros do portão e da rua. A rua, o rio e a avenida que até hoje tem, que é a Saburo Yamaguchi (...) foi esse caminho que ela fez, ela saiu, foi até o portão, desceu a rua, passou a pinguelinha (...) o barro não chegou a pegar a casa da minha mãe, mas a Vila Albertina foi fechada, ninguém podia entrar ninguém podia sair. Uma irmã dela, que estudava, foi levada pela professora para o Capivari, ficaram dois ou três dias sem notícias dela, e quem estava na Vila Albertina teve que tomar injeção, de tifo se não me engano. Todo mundo, que era da Vila Albertina, teve que tomar essa vacina por conta de uma possível contaminação pelo barro. Os bombeiros (...) e todo o pessoal de apoio também tiveram que tomar essa injeção. Ela fala que foi um negócio assim, muito louco, primeiro pela surpresa e segundo porque ela nunca tinha visto helicóptero, e essas coisas. Começaram sobrevoando a Vila Albertina, foi a primeira capa da Folha de São Paulo e no dia seguinte, do Estado de São Paulo (CHAVES, 2016b).

De acordo com informações técnicas (AMARAL; FUCK, 1973, p. 22), o local no qual havia acúmulo de lama, coberta por um solo delgado, firme e seco, permanecia em repouso. O equilíbrio entre a lama e o solo foi rompido pela carga de um pequeno aterro que estava sendo construído. É provável que a vibração executada pelo movimento do trator que executava o serviço de aterragem tenha contribuído para desencadear o alude. Os autores afirmam que a lama rompeu a fina camada de solo seco, ocasionando o acidente.

Conforme Chaves (2016b), seus familiares ao final do dia conseguiram permissão para dar a volta pelo morro, entrar pela parte superior do imóvel e recuperar roupas e documentos. Eles tiveram que ficar por volta de cinco meses

longe de casa, morando próximo ao bairro Santa Cruz. Chaves relata que devido ao deslizamento de terra, o nível da vila subiu, pois atualmente a casa de sua mãe é no nível da rua, e na época a rua era por volta de quatro a cinco metros abaixo, onde existia um portão de acesso à residência. Ele acredita que o curso do rio tenha sido alterado. Segundo boletim, do Instituto de Geociências da USP, houve colmatação dos principais cursos de água, pelos planos de inundação do riacho Piracuama a poucos quilômetros a jusante do local acidentado (AMARAL; FUCK, 1973, p. 27). Nas lembranças do professor vem outro fato marcante sobre a tragédia:

Quando eu era criança aos 7 ou 8 anos, na frente da nossa casa, uma máquina retroescavadeira começou a tirar um Jipe (...) eu perguntava para minha mãe de quem era um Jipe (...) com a cabeça mais fresca ela falou que o Jipe era do vizinho dela, a casa dele foi soterrada (...) são essas lembranças que a gente tem, eu não, minha mãe tem, e eu só lembro mesmo na questão do termo rodar o barro (...) não é tragédia da Vila Albertina, foi 'quando rodou o barro' (...) numa das fotos ela acabou localizando onde ela acredita que era a casa da mãe dela (CHAVES, 2016b).

Considerações finais

As fotografias de propriedade dos moradores de Campos do Jordão são documentos da memória visual individual ou coletiva da cidade. São representações gráficas nas quais estão presentes aspectos culturais, arquitetônicos, históricos atrelados às suas vidas e confere sua participação em cada um destes momentos registrados.

O projeto cumpre seu objetivo quando ao fazer o mapeamento destes registros fotográficos, junto com depoimentos acerca deles, aproxima cada morador do município ao desenvolvimento histórico e cultural deste, e o coloca como agente de sua própria história por meio de narrações de importantes fatos sob sua ótica. As rememorações sobre diferentes fatos, em alguns pontos acabam tendo importantes ligações e intersecções dentro de seus contextos, proporcionando maior confiabilidade a história tecida e ao mesmo tempo corroboram os registros históricos. Resgatar os fatos enriquece a análise sobre os acontecimentos atuais que porventura tenham similaridade com algo do passado.

As construções, festividades e paisagens registradas nas imagens, conduzem o narrador voltar àquele lugar naquela época e trazer, através da sua fala, além de percepções pessoais sobre o momento, também expressões regionais que fazem parte da memória coletiva transmitida de forma oral. Este resgate histórico por

meio de imagens contribui significativamente para compreensão da cultura, do desenvolvimento histórico regional. Faz entender o passado, para assim guiar o seu futuro.

NOTAS

- ¹. O trabalho que deu origem a este artigo foi realizado com o apoio do Instituto Federal de São Paulo – IFSP. "Agradecemos a contribuição do Sr. Mário Antônio Gonzáles, que partiu recentemente, deixando saudade aos familiares, amigos e comunidade jordanense."

REFERÊNCIAS

AMARAL, S. E.; FUCK, G. F. Sobre o deslizamento de lama turfosa ocorrido em Campos do Jordão, SP, em agosto de 1972. *Boletim do Instituto de Geociências da USP*, v. 4, p. 21-37, 1973.

BERTONHA, J. F. A construção da memória através de um acervo pessoal: o caso do fundo Plínio Salgado em Rio Claro (SP). *Patrimônio e Memória*, Assis, SP, v. 3, n. 1, 2007.

CARDOSO, E. P. As últimas imagens: rememoração familiar, trauma e fotografia. PORTO ARTE: *Revista de Artes Visuais*, Porto Alegre, RS, v. 26, mar. 2021.

CHAVES, A. L. A estrada de ferro: depoimento [nov. 2016a]. Entrevistadores: B. Yokota, G.G.C. Sales e J.L.A. Maciel. Campos do Jordão: IFSP, 2016. 1 arquivo .mp4 (8 min). Entrevista concedida do Projeto Memória Visual de Campos do Jordão: um resgate multidisciplinar, IFSP - Campos do Jordão.

CHAVES, A. L. A tragédia da Vila Albertina: depoimento [nov. 2016b]. Entrevistadores: B. Yokota, G.G.C. Sales e J.L.A. Maciel. Campos do Jordão: IFSP, 2016. 1 arquivo .mp4 (8 min). Entrevista concedida do Projeto Memória Visual de Campos do Jordão: um resgate multidisciplinar, IFSP - Campos do Jordão.

COSTELLA, A. F. Museu Casa da Xilogravura: depoimento [out. 2016]. Entrevistadores: B. Yokota, G.G.C. Sales e J.L.A. Maciel. Campos do Jordão: IFSP, 2016. 1 arquivo .mp4 (10 min). Entrevista concedida do Projeto Memória Visual de Campos do Jordão: um resgate multidisciplinar, IFSP - Campos do Jordão.

CUNHA, A. C. O. V. *et alii*. A Fotografia Como Extensão da Memória: Um Estudo de Caso Sobre Álbuns de Casamento. *Revista H-Tec Humanidades e Tecnologia*, v. 4, n. 1, p. 6-187, 2020.

GONZÁLEZ, M. A. Vinda para Campos do Jordão: depoimento [dez. 2016]. Entrevistador: A.B. Peres. Campos do Jordão: IFSP, 2016. 1 arquivo .mp3 (4 min). Entrevista concedida do Projeto Memória Visual de Campos do Jordão: um resgate multidisciplinar, IFSP - Campos do Jordão.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2017.

KOSSOY, B. *Fotografia & história*. 4. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2012.

LE GOFF, J. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

MAUAD, A. M. Através da imagem: fotografia e história interfaces. *Tempo*, v. 1, n. 2, 1996.

MAUAD, A. M.; MONTEIRO, C. Fotografia, cultura visual e história: perspectivas teóricas e metodológicas. *Estudos Ibero-Americanos*, v. 44, n. 1, p. 3-5, 2018.

PIVOTT, C. *O turismo e a produção social do espaço urbano: estudos sobre Campos do Jordão*. São José dos Campos, 2006. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento da Universidade do Vale do Paraíba.

PRATA, M. C. R. Q. As pedras da memória: patrimônio urbano e cultural em Campos dos Goytacazes. *Patrimônio e Memória*, Assis, SP, v. 16, n. 2, p. 444-468, 2020.

PRINCE, A. E. São José dos Campos e Campos do Jordão: contextos sanatoriais. In: ZANETTI, V. (org.). *Fase Sanatorial de São José dos Campos: espaço e doença*. São Paulo, SP. Editora Univap; Intergraf, 2010.

ROCHA, E. F. Campos do Jordão cultura. 2016. Disponível em: <http://www.camposdojordaocultura.com.br/default2.asp>. Acesso em: 12 set. 2016a.

ROCHA, E. F. O Palácio Boa Vista: depoimento [set. 2016b]. Entrevistadores: B. Yokota, G.G.C. Sales e J.L.A. Maciel. Campos do Jordão: IFSP, 2016. 1 arquivo .mp4 (22 min). Entrevista concedida do Projeto Memória Visual de Campos do Jordão: um resgate multidisciplinar, IFSP - Campos do Jordão.

RODRIGUES, R. C. Análise e tematização da imagem fotográfica. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 36, n. 3, p. 67-76, 2007.

SOUZA, R. H. B.; SALGADO, I. Fotografia e paisagem urbana: registros fotográficos sobre a implantação e expansão do sistema de transporte público no Rio de Janeiro. *Patrimônio e Memória*, Assis, SP, v. 16, n. 1, p. 4-26, 2020.

André Bairros Peres é Professor do Instituto Federal de São Paulo (IFSP), em Piracicaba. Doutor em Desenvolvimento Humano e Tecnologias pela Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Mestre em Geomática pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Graduado em Matemática pelo Centro Universitário Franciscano (Unifra), em Santa Maria, no Rio Grande do Sul.

Ludmilla de Lima Cavallari Peres é Doutora e Mestre em Produção Vegetal pela Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho (UNESP), câmpus de Jaboticabal, em São Paulo. Graduada em Engenharia Agrônômica pela Universidade Federal de Lavras (UFLA).

Como citar:

PERES, André Bairros; PERES, Ludmilla de Lima Cavallari. Campos do Jordão: suas imagens e histórias. *Patrimônio e Memória*, Assis, SP, v. 17, n. 2, p. 238-259, jul./dez. 2021. Disponível em: pem.assis.unesp.br.